

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)
ISSN: 2177-2886

Artigo

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia- Acreana¹

*El Protagonismo Invisible de las Mujeres en el Bosque
de la Amazonía-Acreana*

*The Invisible Protagonism of the Woman in the Acrean
Amazon Forest*

Suzanna Dourado da Silva

Universidade Federal de Rondônia - Brasil
suzannadourado@gmail.com

Adnilson de Almeida Silva

Universidade Federal de Rondônia - Brasil
adnilson@unir.br

Como citar este artigo:

DOURADO DA SILVA, Suzanna; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 20 - 34, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana

El Protagonismo Invisible de las Mujeres en el Bosque de la Amazonía-Acreana

The Invisible Protagonism of the Woman in the Acrean Amazon Forest

Resumo

Esta pesquisa busca evidenciar a atuação feminina na construção do espaço amazônico, mais precisamente no Estado do Acre. Para o desenvolvimento da pesquisa e obtenção das informações, contou-se com pesquisa bibliográfica para as bases teóricas acerca das relações espaciais e gênero na Amazônia, bem como pesquisa participante, que proporcionou vivenciar as relações no seio do espaço das participantes e assim poder compreender as questões contidas na subjetividade das mulheres envolvidas na pesquisa. Após análise das informações, salienta-se que a invisibilização da atuação feminina se trata de uma construção social e que está sendo alvo de reivindicações para que ocorra uma ruptura nos ditos e escritos e que se tenha o reconhecimento da igualdade social da mulher enquanto sujeito partícipe no processo de formação espacial da Amazônia-acreana.

Palavras-Chave: Gênero; Invisibilidade; Floresta; Amazônia-Acreana; Ruptura.

Resumen

Esta investigación busca destacar el desempeño femenino en la construcción del espacio amazónico, más precisamente en el estado de Acre. Para el desarrollo de la investigación y la obtención de información, se contó con una investigación bibliográfica para las bases teóricas sobre las relaciones espaciales y el género en la Amazonía, así como la investigación participante, que proporcionó vivenciar las relaciones dentro del espacio de los participantes y así ser capaz de entender las cuestiones contenidas en la subjetividad de las mujeres involucradas en la investigación. Después de analizar la información, cabe destacar que la invisibilización de la acción femenina se trata de una construcción social y que está siendo objetivo de reivindicaciones para que ocurra una ruptura en los dichos y escritos y que se tenga el reconocimiento de la igualdad social de la mujer como sujeto partícipe en el proceso de formación espacial del Amazonía-Acreana.

Palabras-Clave: Género; Invisibilidad; Bosque; Amazonía-Acreana; Ruptura.

Suzanna Dourado da Silva, Adnilson de Almeida Silva



Abstract

This research seeks to highlight the female performance in the construction of the Amazonian space, more precisely in the State of Acre. For the development of this research and the information gathering, a bibliographical research was used to establish the theoretical basis on spatial relations and gender in Amazon, as well as a participative research, which make it possible to experience the relationships within the participants' space and thus to be able to understand the issues contained in the subjectivity of the women involved in the research. After analyzing the information, it is emphasized that the invisibilization of the female action is a social construction and that it is been the target of claims for a rupture in sayings and writings and for the recognition of women's social equality, while subjects who participate in the process of spatial formation of the Acrean Amazon.

Keywords: Gender; Invisibility; Forest; Acrean-Amazon; Rupture.

Considerações Iniciais

O processo de invisibilização feminina é uma ação desenvolvida há gerações, dentre estas, está a negação de sua atuação nos feitos que oportunizaram mudanças significativas na sociedade. Também se cita os processos de apagamento feminino, em que esta exclusão da história tem causado um dos maiores prejuízos às mulheres e à toda sociedade. Retirar a possibilidade de jovens se espelharem em suas antepassadas é torná-las sem referência, para que sejam ininterruptamente moldadas e destinadas aos objetivos traçados por uma sociedade machista e sexista.

Diante da necessidade de reverberar as vozes silenciadas e com tentativa voraz de reavivar as memórias e as trajetórias, é que surge a necessidade deste olhar no que se refere à questão de gênero no espaço amazônico, a fim de oportunizar conhecer o outro lado da história. Tem-se que a história escrita é um privilégio de homens, principalmente brancos, europeus e heterossexuais. Deste modo, cabe aos pesquisadores e pesquisadoras, promover uma ruptura epistêmica, com ênfase e significância às mulheres, como agente, ditas subalternas em nossa sociedade.

Ao iniciar pesquisas científicas, tem-se uma miríade de referências bibliográficas que não apresentam o outro lado da história, as dos ditos subalternos, que são extirpados dos atos protagonizados por não possuírem o estereótipo do colonizador. Nesta tratativa de realizar uma ruptura epistemológica, procuramos trazer a voz de sujeitos silenciados, ou seja, ouvir os viventes do espaço amazônico-acreano e enfatizar suas lutas, suas histórias e suas vivências.

A possibilidade de junção de informações, das já escritas por um lado da história e a de ouvir o outro lado e registrá-lo, é oportunizar maiores informações sobre a sociedade acreana. A intencionalidade não é de refutar o que já fora apresentado, mas sim de apresentar um novo olhar, uma nova possibilidade de analisar as entrelinhas e constatar a presença significativa da mulher no meio da floresta da Amazônia-acreana.

1 Pesquisa realizada com apoio CAPES, PQR/FAPERO.



Com a prerrogativa exposta por Spivak (2010) e Silva (2009), a pesquisa se desenvolve para retirar as cortinas dos feitos femininos no processo de constituição do Estado do Acre, Brasil, e seu processo de formação cultural. Para a pesquisa, utilizou-se o método qualitativo com abordagem fenomenológica a partir das concepções de Edith Stein (2003[1926-1933]), que versa sobre a empatia para a compreensão da pessoa humana², e como metodologias têm-se as entrevistas com sujeitos viventes do processo, de modo a reavivar suas memórias e trajetórias, bem como pesquisas em autores que buscam dar visibilidade à trajetória feminina nas empreitadas desenvolvidas na floresta da Amazônia-acreana.

A invisibilização feminina na floresta da Amazônia-Acreana

A temática de gênero tem conquistado espaço e reconhecimento como área de investigação. Em conformidade com Monk (2011, p. 95), “as publicações de geógrafas(os) que abordam temas de gênero geralmente apresentam resultados de investigação [...], tem implicações nas mudanças da sociedade em geral”. Esse incremento de pesquisas tem oportunizado conhecer de modo mais profundo as causas das questões de gênero, e, conseqüentemente, a propagação dos direitos das mulheres.

A invisibilização da atuação feminina se trata de uma construção social que é alvo de reivindicações por um reconhecimento da igualdade social da mulher, desde o surgimento do movimento feminista no mundo, e, no Brasil a partir da década de 1970, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se tenha, de fato, equidade de gênero.

No tocante à temática de gênero dentro da ciência geográfica, a abordagem desenvolvida por Silva (2009, p.26) destaca que:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante.

A assertiva da autora exemplifica as reivindicações das geógrafas para que tivessem suas pesquisas realizadas e respeitadas dentro dos espaços acadêmicos. Vários foram os embates que as tornaram protagonistas de seus escritos, de falarem por si, já que a academia e a ciência geográfica não permitiam tal manifestação.

No que se refere ao falar por si, Spivak (2010) faz a mesma crítica que Silva (2009). Em suas manifestações, Spivak deixa visível sua crítica a um intelectual branco, europeu falar por uma população a qual ele desconhece. ‘Pode o subalterno falar?’ É o princípio para que questionemos os arquétipos como são produzidas as regras, dentre elas as acadêmicas e seus métodos no tocante à invisibilização feminina.

O subalterno pode falar, e deve falar, pois só ele conhece a sua realidade e esta não pode ser transmitida com a mesma veracidade para intelectuais que

2 O termo foi formulado pela filósofa Edith Stein (1918-1942) em sua obra “A estrutura da pessoa humana”, escrita em 1932-1933.

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana

nunca vivenciaram sua realidade, daí a importância de um método que realize uma compreensão do ser em si.

As críticas apontadas por Spivak demonstra insatisfação em que intelectuais representem os subalternos, de acordo com suas próprias aspirações – ‘o falar por’. A autora, por exemplo, enquanto intelectual e indiana, tornou-se referência de grande parte de mulheres de seu país ao revelar ao mundo as condições as quais estão submetidas e compreende a necessidade dessa transmissão de fala e vivências.

Oportunizar espaços para que a voz dessas mulheres seja ecoada é uma das questões levantadas por Spivak (2010), a qual enfatiza que quando a mulher subalterna não encontra mais caminhos para se fazer ouvir, ela procura a mulher intelectual, pois esta poderá lhe compreender e proporcionar a transmissão dos seus relatos de vida, sendo esse um dos papéis da mulher intelectual.

Com a prerrogativa exposta por Spivak e Silva, e por conhecer a necessidade de transmitir as vozes de milhares de mulheres que ainda vivem na invisibilidade de seus feitos, é que nossa pesquisa objetivou tornar-se um instrumento que pode representar uma pequena parcela das mulheres que foram protagonistas no processo de construção do Acre e que foram tratadas pelo outro lado da história como sem atuação. Quijano (2005) salienta que caso não consigamos compreender a verdade, a explicação deve ser, pois, buscada em outra parte da história, e é essa a nossa maior empreitada, registrar os excluídos da história.

O protagonismo feminino na Amazônia-Acreana

Quando se busca a compreensão do processo de concepção do Estado e seus partícipes construtores, tem-se que ao reavivar a história é um tanto quanto dificultosa e sinuosa, haja vista que não há dados registrados do povo que aqui viviam, sem elucidar o ‘apagamento’ de suas histórias em virtude da escrita ter sido de domínio de homens brancos, que passam a contar sua versão da história.

Neste sentido, Chimamanda Adichie, em uma palestra realizada por meio do *TED Conference (Tecnologia, Entretenimento, Design)*, julho de 2009, em Oxford – Inglaterra, alerta para a questão dos perigos de uma história única, ou ‘uma verdade só’ e que corremos sérios riscos ao ouvirmos um lado só das histórias. Mas como ouvir algo quando o direito da palavra, bem como das escritas são de domínio de homens brancos? Que verdade da história é contada?

Em proposição semelhante à de Adichie, a autora Nilma Bentes (2005) pondera criticamente que a história é sempre dos vencedores – europeus – e seus descendentes brancos, no caso. Resta então optar pelas versões não oficiais, fragmentadas de outras verdades.

Por seu turno, Quijano (2005, p. 118)? contribui e afirma que “o processo de colonização não só acentuou uma criação de superioridade aos ditos colonizados, como também inferiorizaram seus traços fenotípicos, suas descobertas mentais e culturais”. Isso significa que os atos abusivos dos colonizadores para com os colonizados se deu de maneira mais brutal do que

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana

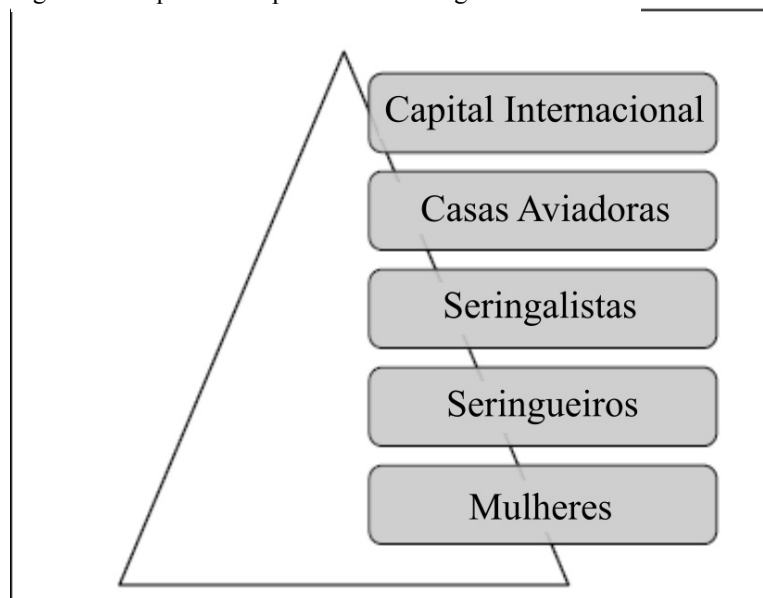
fora imaginado, além de dominarem seus corpos para um trabalho até a morte, aprisionaram suas mentes e impuseram que suas vivências, crenças, valores, práticas sociais e culturais, pois consideraram como inferiores às suas e extirparam as dos subalternos.

A busca por reavivar memórias e trajetórias se torna bem conflituosa, pois ainda há massivamente a ideia de que o colonizador possui as melhores práticas, que sua cultura é superior, assim como sua economia e o próprio espaço geográfico com suas tessituras e (re)arranjos sócio territoriais. Mas até quando nossa história será contada por um lado só? É preciso elucidar nossas vivências e nossas práticas para que possamos fortalecer o outro lado. Perante essa necessidade, apresenta-se um capítulo não contado do processo de constituição do Acre e enfatiza-se a presença feminina.

A ocupação das terras acreanas, para além dos povos que aqui viviam — no caso as populações originárias ou indígena —, é marcada com a exploração da borracha *Hevea brasiliensis* a partir dos anos de 1850, conhecida como ‘I Ciclo da Borracha’. Contudo, a vinda intensificada para a região é datada entre 1870 a 1879, quando criaram núcleos de retirada de látex. A chegada aos seringais do Acre é impactante. Descobre-se que as promessas eram ludibriantes, na oportunidade era proferida um discurso de outrem, que visava enganar e captar mão de obra barata para o trabalho a ser exercido nas florestas “selvagens”.

A opressão era intensa no interior dos seringais e esse quadro de violência era exercido do seguinte padrão (Figura 1), em que seringueiros e mulheres eram tratados como seres inferiores.

Figura 1 - Esquema de opressão nos seringais do Acre



Fonte: Suzanna Dourado da Silva, Junho 2016.

A tirania era realizada por meio dos financiamentos internacionais que alimentavam as casas aviadoras³, as quais, conseqüentemente, exploravam os seringalistas, que por sua vez exploravam os seringueiros e estes oprimiam as

3 Eram financiadoras de capital internacional que disponibilizava crédito aos seringalistas.

mulheres. É o sistema de opressão, ou como elucida Saffioti (1989-2011) síndrome do pequeno poder, que se refere quando os oprimidos passam a subjugar quem deles dependem.

A mulher nem fora considerada um ser existente no processo de formação do Acre, sua passagem nos livros refere-se a elas como objetos de mercadoria, assim era possível ganhar uma esposa, ou perdê-la, caso não o homem não fosse um bom seringueiro, isto é, se produzisse uma quantidade inferior estabelecida pelo patrão, o seringalista. Ademais, são referenciadas como prostitutas trazidas para satisfazer as necessidades masculinas. Sobre tal condição, a análise esclarecedora é realizada por Dourado da Silva (2017, p.76) ao situar que:

As mulheres, por estarem na base de todo esse processo, foram as que mais sofreram durante a exploração do látex no Acre, consideradas, conforme Butler (2005) de corpos abjetos, ou seja, que não possuem nenhuma importância para a sociedade. Estas mulheres, além de serem exploradas, foram invisibilizadas ao longo da história e tratadas como objetos. Em sua maioria, as mulheres que chegaram ao Acre eram trazidas como mercadorias para serem comercializadas aos seringueiros que tinham crédito nos barracões⁴, não sendo permitida a aproximação por questões sentimentais.

Essa invisibilização do feito feminino é tão cruel, quanto vergonhoso para uma sociedade que se alimentou e se fortaleceu graças também ao empenho e a luta da mulher nos seringais. Neste sentido, Ranzi (2008, p.232) pondera que:

O papel da mulher na organização social do Acre foi também nobre e difícil. Nobre na medida em que soube fazer da intuição e da sensibilidade que a caracterizam, o melhor caminho para humanizar e sociabilizar seus companheiros de luta, o homem e o meio. Difícil, na medida em que, usada e comercializada como mercadoria, deveria atenuar, muitas vezes, em condições irracionais, a solidão e as necessidades humanas embrutecidas pelo isolamento da floresta e, apesar disso, impor-se como o elemento primordial para o surgimento de comunidades onde o desenvolvimento humano alcançasse níveis de vida e convivência condignos.

A autora ao abordar sobre o protagonismo feminino na Amazônia-acreana, compreende não somente o grau de dificuldade encontrado, como também contextualiza que a mulher foi responsável pela organização da própria sociedade em que estava inserida. Assim, elucida que:

[...] a participação da mulher foi de importância fundamental, pois desde o momento que passou a contar com uma companheira para conviver, teve garantida a sua descendência e melhorada a sua condição básica, tanto em razão das atividades que a mulher irá desempenhar, mas principalmente, através das diferentes formas de

⁴ Lugar onde se comercializavam mercadorias aos trabalhadores do seringal.

humanizar a vida, que a presença feminina representará na realidade singular do meio extrativista e que possibilitou sentido de acolhimento, de cuidado, de manutenção de saberes e ritos, importantes à organização da comunidade que se estabelecia e que fomentou as bases da original sociedade dos seringais (RANZI, 2008, p. 241).

Ao analisar a trajetória feminina no processo de configuração do espaço acreano, Tereza Cruz (2010) acrescenta que “em poucos textos que a mulher é citada, como uma exceção ela é vista como uma mercadoria, privilégio ou objeto de disputa”. Não há como deixar de destacar a situação de escravidão vivida pelas mulheres durante o I Ciclo da Borracha e nem deixar de registrar a força que possuíam ao conseguir estabelecer uma relação de resistência dentro dos seringais, uma vez que a extração da borracha entra em declínio, e os viventes da floresta passam a viver da caça e pesca; da extração vegetal e da incipiente agricultura e a mulher acreana passa a ter sua principal atividade, a produção agrícola. A autora (TEREZA CRUZ, 2010, p. 57) acrescenta ainda:

Nos tempos de crise da produção gumífera, as mulheres começam a ter uma importância maior nos seringais, pois as famílias seringueiras passam a desenvolver com maior intensidade a agricultura de subsistência, a extração de produtos florestais, a diversificação da produção. E, nesse processo, a participação de mulheres e crianças é fundamental. Contudo, o seu trabalho praticamente não é considerado, pois o “dono” da produção é o homem.

A realidade vivida pelas mulheres da floresta foi de quase completa exclusão, sendo elas um dos agentes mais importantes na transformação da Amazônia-acreana, pois trouxeram vidas e possibilidades de sobrevivência dentro da floresta, de modo que contribuíram para a reconfiguração da cultura local e do espaço geográfico. A abordagem de gênero traz essa problemática sobre a exclusão da mulher nos estudos da sociedade, portanto, é necessário que o pesquisador dessa temática promova o resgate dos fatos vividos e passe a difundir o papel que essas mulheres tiveram ao longo do processo formativo do estado, da sociedade e da cultura do Acre.

A luta e resistência da mulher acreana entra somente nos registros históricos na década de 1960, uma vez que se faz necessário a junção de forças, o que só reafirma seu protagonismo intenso nessa porção da floresta amazônica. Salienta-se então, que a partir dos anos de 1964, a região passou a ser o cenário de estratégia de desenvolvimento governamental adotado pelo país. Por meio da Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964 é definida a política de ocupação da Amazônia, cujo *slogan* consistia em “ocupar os espaços vazios da Amazônia” (CALIXTO, *et al.*, 1985, p. 204).

Os governos federais e estaduais fizeram inúmeros chamamentos para atrair investimento no Acre, todavia, desconsideraram os povos originários e as populações tradicionais que habitavam a região. Isto pode ser explicado do seguinte modo, os indígenas, além de sofrerem durante o I e II ciclos da borracha, voltariam a passar por todo o processo de desterritorialização, com os seringueiros, colonos e ribeirinhos que ali tinham estabelecidos moradas e

modos de vida próprios. A partir da conjuntura atual, a única alternativa dessas populações (originárias e tradicionais) era a junção de forças para desestabilizar a força hegemônica econômica que adentrava a floresta com a autorização das autoridades competentes.

Assim, o Acre estava na mira dos empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, por ser um local de terras baratas, férteis e abundantes. O chamamento dos governos federal e estadual para ocuparem as terras do Acre tiveram impactos positivos aos novos investidores a mando de empresários, que eram conhecidos por “paulistas”⁵ pelos acreanos. Os novos atores sociais vinham com intenção de comprar grandes hectares de terra, para tanto, utilizavam-se se necessário da força bruta, com propósitos de especulação imobiliária, diferentemente dos sulistas que vinham com a intenção de obter terra e viver no Estado a partir da produção na terra.

Deste modo, entende-se que a produção do espaço torna-se privatizado, como apresenta em sua abordagem analítica a pensadora indiana Vandana Shiva (1993, p. 359):

Enquanto o poder do mercado constitui a aparente motivação para este caminho de privatização e de posse da própria vida, a aceitabilidade social das mudanças deriva de uma mundivisão que continua a considerar o homem branco uma espécie privilegiada de quem outras espécies (incluindo outros povos) dependem para a sobrevivência e o valor. A terra e o Sul pagaram um preço pesado durante quinhentos anos pelo fardo homem branco. Provavelmente o passo mais significativo na luta pelo restabelecimento de uma comunidade na Terra é o reconhecimento de que a democracia de toda a Vida é inconsistente com a ideia de que este belo planeta é o fardo do homem branco. Ao contrário do mítico Atlas, nós não carregamos a Terra; é ela quem nos carrega (SHIVA, 1993, p. 359).

As vendas das terras acreanas tiveram incentivos fiscais de até 70%, para efeito de registro no ano de 1977 foi constatado empresários que possuíam dois milhões e 500 mil hectares de terras, em conformidade com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Somente em Rio Branco foram vendidos 70 seringais, de modo que propiciou a expulsão dos usuários das terras: os seringueiros e seringueiras.

É oportuno mencionar a análise sobre a trajetória das mulheres, conforme expõe Souza (2002, p. 37) ao inferir que:

[...] em todos os momentos de suas vidas, essas mulheres demonstraram as condições históricas que as designavam como parte do que chamamos de povos da floresta, porque são momentos todos singulares em que elas tecem suas resistências e formam um viver.

Para elas não havia a ‘condição de mulher’ e participar dos movimentos de

5 Indivíduos que representavam interesses de empresários de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, etc. na compra de terras no Acre (CALIXTO, *et al.*, 1985, p. 206).

luta e resistência era uma opção, pois eram as primeiras a reivindicar mudanças, mantinham a voz ativa, força e coragem para liderar, participavam ativamente de partidos políticos, sindicatos, tornaram-se delegadas sindicais, bem como das trocas de experiências para impulsionar o desenvolvimento local.

Neste sentido, tivemos o relato, por meio de entrevista, de Dercy Teles de Carvalho Cunha em que expõe a trajetória do movimento popular no Acre, do qual é participante ativa:

O movimento sindical era exclusivamente dos homens, fiz parte desse mundo e as pessoas sempre me perguntam porque era difícil uma mulher fazer parte desse mundo nessa época, eu fiz parte desse mundo e as pessoas sempre me fazem a pergunta como que era que eu convivia dentro daquela instituição extremamente machista e eu consegui sobreviver, mas o segredo é você buscar ter competência para debater de igual para igual, ter informação e conhecimento da causa para poder se nivelar a eles, aí acaba a prepotência, a autoridade deles porque você se nivela, foi assim que fiz (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

O movimento sindical, ainda que constituído em sua grande maioria por homens, conta com a participação da mulher. Assim como afirma Dercy Teles, elas se faziam ser ouvidas e respeitadas diante do movimento. A ação agora era garantir a permanência na terra e não uma disputa de poder entre gêneros distintos. Assim reafirma que:

O movimento iniciou a partir da pressão da ameaça de perda da posse da terra, porque os seringais foram comercializados pelos antigos seringalistas que ignoraram tanto os compradores como vendedores que os seringais eram habitados por inúmeras famílias e quando os pecuaristas começaram a desmatar para botar a pastagem começou a ameaçar os seringueiros da posse da terra e naquela época os seringueiros sobreviviam confortavelmente do extrativismo, ainda era a alternativa de geração de renda que arcava com as necessidades básicas das famílias seringueiras. Então o movimento sindical, ele, surgiu desse momento histórico de transição do seringal tradicional para a pecuária que foi a segunda atividade econômica incentivada pelo governo do estado e aí começaram os conflitos. Algumas famílias foram expulsas de suas colocações por força dos capangas dos jagunços, os novos donos das terras vieram com uma postura idêntica do cangaço antigo, eles tinham pistoleiros, andavam super armados, com dois revólveres, com cartucheiras de balas cruzadas, parecidas com Lampião. As fotos que a gente vê do Lampião. Aquilo intimidava os fracos a saírem e aí isso aumentou as periferias, principalmente da cidade de Rio Branco que era mais procurada, por ser a maior cidade, a capital (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

O fato histórico mencionado pela entrevistada se reporta ao que originou a constituição dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em Xapuri (STR), diante da necessidade de proteção ao povo, que dependia exclusivamente da terra, deste modo iniciaram e executaram ações organizadas com o objetivo de se blindarem.

Para tanto, foi organizado o movimento por meio dos sindicatos e iniciaram as lutas contra a força impiedosa dos “paulistas”. Deste modo, ocorreram os conhecidos empates⁴, que consistia na união e luta entre os povos da floresta e os ‘paulistas’. Surge, a partir destes movimentos, a necessidade de organizar os Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, liderado por Wilson Pinheiro em Brasília e por Chico Mendes em Xapuri.

Neste sentido, os atos realizados com os ‘empates’ têm sentidos semelhantes a constatação de Shiva (2003, p.21) ao considerar que:

[...] o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores.

Sobre as organizações dos STRs e o processo de luta pela posse da terra e da permanência da floresta como fonte de vida e de economia para os povos que ali residiam, a análise de Calixto *et al.* (1985, p.190) consideram como fundamentais, visto que:

A década de 70 não foi promissora ao regime neste Estado. A violência no campo, advinda com a desativação dos seringais nativos e a expulsão dos seringueiros, teve resposta imediata. Organizaram-se sindicatos rurais que, mesmo despolitizados e mal dirigidos, sustentaram grande luta para assegurar a posse da terra aos trabalhadores.

Na luta pela posse e garantia da terra, contava-se além de homens, as crianças e seringueiras, ribeirinhas, indígenas, colonas e agricultoras, conhecidas ‘mulheres da floresta’ que não temeram diante das forças do maquinário pesado e da violência desmedida dos pecuaristas que invadiam a floresta. Lutaram bravamente contra a sua imposição, não se renderam à essa nova era de ‘crescimento econômico da Amazônia’.

Foi na década de 1970 que a mulher acreana ganhou mais energia, diante da vinda dos pecuaristas para a região, de modo que iniciou-se uma categoria de mulheres exclusivamente agricultoras, que vigora até os dias atuais, como se pode ver na narrativa de Rosineide Rodrigues Lopes *apud* Souza (2002, p. 41)

Apesar do machismo existente no movimento sindical, as mulheres percebendo a necessidade de organizarem foram, pouco a pouco, conquistando seus espaços no Sindicato e no Partido, contribuindo significativamente na luta e na organização dos trabalhadores rurais.

Era necessário se organizarem, lado a lado, com seus companheiros, participando das atividades do partido. Para elas, o sonho de mudança não é solitário e, sim, de todas as suas companheiras e companheiros. Era um sonho de um mundo diferente. Era um sonho de todo mundo, juntar-se para somar forças, para a luta resistir. É a partir dessa consciência que Dercy Teles de Carvalho e Sebastiana Adelina Soares da Silva, destacam-se, derrubando a hegemonia masculina nas lideranças, como as primeiras mulheres candidatas pelo Partido em Xapuri. Mais tarde, Dercy Teles de Carvalho, mulher seringueira que participava nas lutas e movimentos sindicais, é eleita presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

No início do ano de 1980, com 22 anos de idade, Dercy Teles tornou-se a primeira mulher a ser presidente de um sindicato dos trabalhadores rurais no Acre. Ela continua como militante do movimento STR em Xapuri e é vice-presidente; considera que a ação do sindicato foi importante, pois estava organizado com a intenção de desestabilizar a ação dos fazendeiros, e ao invés de realizarem movimentos independentes, a organização viria a fortalecer essas ações de manifestação. A formação sindical aliava-se às formações eclesiais de base da Igreja Católica, que apoiavam fortemente a sindicalização. Assim, ela expressa como essa união ocorreu no Acre:

[...] a partir dessa época junto com a teologia da libertação que foi uma grande incentivadora do sindicalismo e ajudou a fortalecer porque quem dava os cursos de formação política para os líderes sindical era a igreja, porque os sindicatos não tinham muitas condições, porque os sindicatos estavam iniciando e o Estado também estava apoiando os pecuaristas, o Estado era contra o movimento sindical porque interferia no projeto de desenvolvimento como eles chamam (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

A Igreja Católica teve grande participação na formação de líderes sindicais e no apoio para as reuniões e organizações do movimento. As mulheres, por serem consideradas religiosas, foram de grande relevância para a iniciação do movimento, onde realizavam a logística dos encontros e participavam ativamente das reuniões.

De fato, a história acreana é marcada por diversos protagonistas que desencadearam revoluções de grande empreitada, realizadas por um povo simples e sofrido, que conseguiram construir uma identidade de resistência frente à opressão vivida, e não temeram diante dos conflitos que surgiam. A respeito dessa história, pondera Dourado Silva (2017, p. 174 - 175) que:

As mulheres se tornam propulsoras de ações econômicas na busca de melhores condições de vida para elas e seus familiares, assim como pelo reconhecimento dos direitos que lhes são garantidos constitucionalmente e que foram negados ao longo da história. Através do surgimento da identidade de resistência as mulheres se fortaleceram e hoje possuem identidade legitimadora [...]. Por meio do movimento feminista as mulheres passaram a se inserir nos

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana

espaços públicos e a fazerem parte das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas de suas regiões [...]. O Acre traz em sua história a forte opressão contra a mulher durante os ciclos da borracha, sendo que estas foram articuladoras e protagonistas de luta e resistência dentro da floresta, uma vez que sempre foram à base para o sustento de vida e propagação de família [...]. A união de força ainda na floresta frente ao novo opressor, o qual a fazer uso de armas de fogo, bem como possuidor de capital, adentra a floresta e expulsa as famílias de ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e indígenas, os denominados povos da floresta [...] a mulher passa a ter seu protagonismo visibilizado e passa a ser reconhecida como mulher de força e resistência [...]. Apesar da ação em conjunto, a fim de manterem na floresta, famílias se viram obrigadas a migrarem devido ao processo migratório ocasionado pela política pública de desenvolvimento econômico para a Amazônia-acreana, estes foram desterritorializados, migrando para o centro urbano a fim de sobreviverem. Rio Branco [...].

Como se pode constatar na abordagem da autora, a inserção feminina é uma necessidade para que se esclareça lacunas históricas, bem como da importância na (re)construção de espaços por meio de protagonismo. A luta de algum modo se transferiu para a cidade, como palco ou lócus privilegiado para a conquista de seus direitos e para a afirmação das identidades, no entanto, ainda existe uma longa trajetória a ser realizada..

Considerações Finais

As mulheres, em toda a história da humanidade, possuem uma grande participação, apesar de serem pouco referenciadas durante as grandes batalhas empreitadas, ainda por termos uma sociedade sexista e excludente; tal realidade no Acre não é diferente. Porém, elas são fortes e destemidas, de modo que travam arduamente constantes lutas para mudar este fato, então se tornam mais resistentes, conquistam sua autonomia e saem do silenciamento imposto pela sociedade.

Trazer a discussão da visibilidade feminina na floresta da Amazônia-acreana é uma possibilidade de reverberar a voz de todas as mulheres que empreenderam suas ações em busca da emancipação do Estado e contribuíram com o processo de regionalização e inserção cultural no Acre. Esta mulher é um exemplo de força e resistência e cabe aos(as) pesquisadores(as) da atualidade, enfatizar esses atos, bem como romper com os discursos hegemônicos colonizadores de pesquisadores masculinos, e passar a dar voz aos silenciados e extirpados da história.

Desta maneira, o enaltecimento dos feitos femininos são mecanismos de enfrentamento a uma cultura colonizadora, e o registro dos fatos heroicos de diversas mulheres nos dá a possibilidade de continuarmos na luta para sairmos das cortinas da invisibilização e para além disso, procura-se romper com a cultura colonizadora dos ditos e escritos do colonialismo e passar a demonstrar o nosso lado da história. Dar voz ao sujeito silenciado é empoderar uma comunidade que fora dominada por um eurocentrismo, com controle de suas

subjetividades, culturas, memórias e trajetórias e é tempo de realizar um resgate, de colocar o subalterno no poder de seus ditos e escritos, e assim promover a ruptura epistêmica.

Referências

ADICHIE, Chimamanda. O Perigo da História Única. In: **Conference in Tecnologia**, Entretenimento, Design – TED. Oxford, julho de 2009.

BENTES, Nilma. Negros na Amazônia Brasileira: 500 anos do Brasil. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima. (Orgs.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Editora Paidós, 2005 [1993].

CALIXTO, Valdir de Oliveira, SOUZA, Josué Fernandes de, SOUZA, José Dourado de. **Acre: Uma História em Construção**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CRUZ, Tereza Almeida. **Mulheres Trabalhadoras Rurais em Movimento: Uma História de Resistência – Vales do Acre e Médio Purus, 1988-1998**. Rio Branco: EDUFAC, 2010.

CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. **Entrevista à pesquisa**. Rio Branco, julho de 2016.

DOURADO DA SILVA, Suzanna. **Mulheres como Propulsoras de Desenvolvimento Econômico Solidário: Uma Análise dos Empreendimentos Solidários no Município de Rio Branco**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNIR, Porto Velho.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227 – 278.

RANZI, Cleusa Maria Damo. **Raízes do Acre**. Rio Branco: EDUFAC, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonigiovani. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p. 13 – 21.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bonigiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2.reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SHIVA, Vandana. Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras**

O Protagonismo Invisibilizado da Mulher na Floresta da Amazônia-Acreana

soluções: os caminhos da biodiversidade e dos caminhos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 267 – 285.

SHIVA, Vandana. Descolonizar o Norte. In: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. ANTUNES, Fernando Dias (Trad.). Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Ed. Gaia, 2003.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, p. 25 – 54.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre:** novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** ALMEIDA, Regina Goulart Almeida; FEITOSA, Marcos Pereira; FEITOSA, André Pereira (Trads.). Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

STEIN, Edith. **Obras Completas.** Volumen IV Escritos antropológicos y pedagógicos. Madrid: Editorial de Espiritualidad, 1926-1933 [2003].

Recebido em 17 de janeiro de 2020.

Aceito em 03 de maio de 2020.

Suzanna Dourado da Silva, Adnilson de Almeida Silva

